

COMUNICADO GP Nº 22/2016

Aposentadoria Especial

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, **Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**, no uso das suas atribuições,

Considerando as informações trazidas pelo Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, Dr. Naron Gutierre Nogueira (Ofício n. 1012/2016/DRPSP/SPPS/MF) face às atribuições constitucionais desta Corte de Contas;

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre competência dos entes federativos para legislar concorrentemente sobre a aposentadoria especial de seus servidores públicos;

Considerando o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acerca da competência para julgamento de Mandados de Injunção em matéria de aposentadoria especial dos servidores públicos vinculados a RPPS; e

Considerando, ainda, a edição de recentes leis sobre aposentadoria especial por Municípios paulistas, faço publicar na íntegra mencionado ofício para conhecimento dos entes jurisdicionados.

Publique-se.

G.P., em 21 de julho de 2016

DIMAS EDUARDO RAMALHO
PRESIDENTE

Brasília/DF, 04 de julho de 2016.

Excelentíssimo Senhor

DIMAS EDUARDO RAMALHO

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo Av.

Rangel Pestana, 315 - Centro

São Paulo/SP - CEP 01.017-906

Assunto: **Concessão de aposentadoria especial aos servidores vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social do Estado e Municípios de São Paulo.**

Exmo. Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que com fundamento no art. 9º da Lei nº 9.717/1998, foi editada a Nota Explicativa nº 06/2016/CGNAL/ DRPSP/SPPS/MTPS, de 11 de maio de 2016, que trata sobre a competência legislativa dos Entes Federativos para legislar sobre aposentadoria especial dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

2. A Nota Explicativa, com base na recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF, esclarece aos Entes Federativos que para a concessão das aposentadorias especiais previstas no § 4º do art. 40 da Constituição, é necessária a edição de lei complementar federal estabelecendo a norma geral (de caráter nacional), que garanta a aplicação do direito constitucional de forma igualitária para todos os servidores que se encontrarem na mesma condição de deficiência, de risco ou em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

3. Cabe ressaltar que o entendimento atual do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP é de que compete apenas ao STF julgar os Mandados de Injunção em matéria de aposentadoria especial dos servidores públicos vinculados a RPPS e que são inconstitucionais as leis municipais que disponham sobre essa matéria, considerando que a competência é da União.

4. Ademais, a clareza e uniformidade do entendimento do STF a respeito do não cabimento do exercício da competência legislativa plena pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, no que concerne à aposentadoria especial dos servidores, motivou também a revisão do Parecer nº 16/2013/CONJUR-MPS/CGU/AGU/CGPRE, que entendia ser cabível aos Entes Federativos legislar sobre aposentadoria especial, enquanto não houvesse norma geral.

5. A revisão do Parecer nº 16/2013, se deu por meio do Parecer nº 211/2016/CONJUR-MPS/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 728/2016/CONJUR- MPS/CGU/AGU, de 26/04/2016, entendendo *que a ausência de lei complementar federal (nacional) regulando a aposentadoria especial do servidor público (art. 40, §4º, da CF) não autoriza o exercício da competência legislativa plena pelos entes subnacionais nessa matéria.*

6. No que se refere à competência deste Ministério, de orientar, acompanhar e supervisionar os RPPS, as leis editadas posteriormente à Nota Explicativa nº 06/2016, que estabeleçam a concessão de aposentadoria especial aos servidores, resultarão no encaminhamento de Notificação aos Entes Federativos para adequarem a sua legislação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de irregularidade no critério *'Regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios'*, exigido para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, e em caso de não atendimento no prazo, serão aplicadas as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 9.717/1998.

(<http://www.mtps.gov.br/images/NotaExplicativaCGNAL0611-05-2016-AposentadoriaEspecial.pdf>)

7. Em relação às leis editadas anteriormente, estamos enviando ofício aos Prefeitos Municipais, recomendando que sejam adotadas providências para que não ocorra a concessão de aposentadorias especiais em desacordo com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.717/1998, ressalvadas aquelas decorrentes de determinação judicial.

8. Entretanto, até que sejam declaradas inconstitucionais essas leis através de um processo de controle normativo abstrato perante o Poder Judiciário, **pode o egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dentro de sua competência, manifestar-se quanto ao conflito existente entre as leis e a Constituição Federal, além da jurisprudência do STF, conforme dispõe a súmula nº 347 da Suprema Corte** (O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.), bem como as consequências que a edição dessas leis podem trazer para os Entes Federativos, que envolve principalmente a utilização de recursos previdenciários sem o devido estudo de impacto atuarial para o RPPS, o que implicará em aumento de gastos do Ente Federativo, além de possibilitar tratamento não uniforme nas regras de acesso aos benefícios previdenciários por segurados de diferentes RPPS.

9. A concessão de aposentadoria especial em desacordo com o disposto no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.717/1998, ressalvadas a decorrente de determinação judicial, pode ser também considerada na apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos concessórios, na forma do que dispõe o art. 71, III da Constituição Federal.

10. Desse modo, encaminhamos para conhecimento desta Corte de Contas, as manifestações com o entendimento deste Ministério quanto à competência legislativa sobre aposentadoria especial, bem como a relação das leis dessa natureza editadas por Municípios paulistas, que nos foram enviadas, para as providências que esse Tribunal entender necessárias com vistas a impedir a concessão de benefícios nos RPPS em desacordo com legislação vigente.
